



Declaração de Ufa

do IV Fórum Sindical dos países BRICS

Adotada em 09 de julho de 2015 em Ufa, Federação Russa

1. Nós, centrais sindicais do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, reunindo centenas de milhões de trabalhadores/as, estamos convencidos de que é de suma importância para as economias desenvolvidas implementar políticas macroeconômicas e financeiras responsáveis e empreender reformas estruturais que criem empregos decentes e fontes de renda para as pessoas que trabalham em todo o mundo.

2. A rápida e progressiva globalização neoliberal leva à destruição de postos de trabalho e do ecossistema da Terra. Em 2014, um por cento da população do planeta possuía 48 por cento da riqueza do mundo inteiro; em 2016, este "Um por cento dourado" passará a deter mais de metade dos mesmos. Um grande número de trabalhadores/as não têm segurança no emprego e estão virados para o mais alto nível de desigualdade na memória das gerações vivas. Ao longo dos últimos dois anos, metade de todas as famílias trabalhadoras têm experimentado ou desemprego ou subemprego, e 1,2 bilhões de pessoas vivem em extrema pobreza. De acordo com um relatório da OIT, em 2014, havia 207 milhões de desempregados, com uma previsão de chegar a 220 milhões. Este modelo econômico aprofunda ainda mais a desigualdade, enfraquece a democracia e mina a justiça para todos.

3. Não podemos aceitar que as medidas de austeridade, que falharam na Europa e nos Estados Unidos, sejam "um caminho para sair da crise". As receitas devem ser utilizadas para aumentar o investimento em bens do setor produtivo, os projetos de infra-estrutura, saúde, educação, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, formação profissional e atualização de competências: os investimentos devem ser usados para criar empregos decentes e salários mais altos. De longa data, o aprofundamento das desigualdades crônicas não é de nenhuma maneira o resultado de leis naturais da economia. Eles são um resultado das políticas aplicadas, e eles podem ser superados se essas políticas são alteradas em favor dos interesses da esmagadora maioria dos cidadãos.

4. Direitos Fundamentais da representação sindical e negociação coletiva estão sob ameaça em alguns estados, e sujeitos a ataques diretos em outros. Em vários países os empregadores estão tentando minar o direito à greve, pondo assim em perigo a realização deste direito fundamental dos trabalhadores, que é reconhecido pela OIT.

5. Os sindicatos são uma força efetiva na defesa da democracia e na luta pela justiça e

por um futuro ecologicamente sustentável. Os sindicatos dos países BRICS estão prontos para assumir seu lugar de direito nesta luta e, em primeiro lugar, em matéria de criação de emprego decente, segurança e saúde ocupacional, da proteção dos interesses dos trabalhadores - incluindo os das mulheres e jovens - a fim de alcançar a justiça social e um desenvolvimento sustentável.

6. O fortalecimento dos BRICS desempenha um papel fundamental na promoção de relações internacionais democráticas, sem violação da soberania e do direito dos povos à autodeterminação, em melhorar a arquitetura política mundial multipolar sem ditar sanções econômicas discriminatórias. Trabalhadores/as dos nossos países veem nos BRICS um modelo mais justo das relações globais, que devem ser construídas além e acima tradicionais demarcações Leste-Oeste e Norte-Sul.

7. O BRICS é uma estrutura emergente da nova governança global. O seu mandato flexível permite às economias mais dinâmicas do mundo considerar uma gama muito mais ampla de questões do que, por exemplo, no Conselho de Segurança da ONU, e de encontrar respostas para muitos desafios econômicos e ambientais. As decisões adotadas pelo BRICS têm um efeito multiplicador, pois os Estados-chave que aderiram a ele estão em uma posição favorável para traduzir essas soluções de fóruns BRICS em deliberações de outras agências e lideranças internacionais.

8. Os países do BRICS coincidem em seus esforços conjuntos consistentes a favor da reforma do sistema monetário e financeiro internacional. Todos os países BRICS estão interessados no crescimento econômico impulsionado pelo desenvolvimento da tecnologia moderna e capacitação humana. Isso pode se tornar um piloto real e comum de crescimento futuro, que é apoiada pela participação ativa de milhões de trabalhadores, que estão interessados em uma distribuição justa da renda e da riqueza.

9. As estruturas da sociedade civil - e os sindicatos como os seus representantes mais amplos - exercem uma pressão construtiva sobre os líderes de seus Estados, autoridades públicas e os empregadores, a fim de incentivá-los a criar mecanismos eficazes para uma ordem mundial econômica e financeira mais estável. Estamos todos interessados em uma modernização acelerada das nossas economias e das nossas sociedades em geral.

10. Quando falamos de um Estado livre e próspero, isto implica conceitos complexos que se entrelaçam intimamente em componentes econômicos, políticos e sociais. A mesma abordagem pode ser aplicada ao grupo de países cujas peculiaridades históricas individuais levou todos eles à decisão soberana de se juntar BRICS, uma das maiores entidades econômicas e geopolíticas que a história moderna já conheceu.

11. O desenvolvimento sustentável, a justiça social e os direitos humanos fornecem aos Estados-Membros do BRICS - e a outros países que poderiam se juntar a eles em um estágio posterior - uma base sólida para um avanço sistêmico no caminho do progresso para todos os cidadãos deste bloco e da humanidade como um todo.

12. Para a construção de independência soberana em relação ao falido sistema de Bretton Woods, os países BRICS podem explorar as reservas do Banco de

Desenvolvimento e da Reserva de moedas, cuja capacidade global (200 bilhões de dólares) é igual à do FMI. Os sindicatos apoiam estes esforços e recomendam que os governos dos BRICS estabeleçam a sua própria agência de *Rating* e uma Bolsa de Valores. Isso criaria alavancagem eficiente para influenciar a economia mundial.

13. Esperamos que os governos dos BRICS prossigam de forma mais vigorosa a reforma do FMI e do Banco Mundial. Chegou a hora de estabelecer um controle efetivo sobre as multinacionais de grande porte operando em nossos territórios e de subordinar as suas atividades aos objetivos de desenvolvimento. Os sindicatos têm um papel a desempenhar neste processo. Para este objetivo, temos uma declaração tripartite da OIT sobre os princípios relativos multinacionais e política social.

14. O ano passado, 2014, registrou um maior desenvolvimento da terceira revolução industrial. Rápidas mudanças tecnológicas fazem atualmente possível alcançar novos níveis de automação, robótica, nanotecnologia, novos materiais, padrões de consumo de energia e organização dos processos de produção. É certo, portanto, que isso vai impulsionar mudanças na produção, concentração e centralização do capital, a concorrência no domínio dos monopólios e oligopólios, afetando inevitavelmente a renda e o emprego dos trabalhadores/as em todos os lugares.

15. Neste contexto, nós testemunhamos o desenvolvimento ativo de formas flexíveis de emprego e organização da produção, fundamentalmente novas formas de parcerias interestatais. É importante, portanto, que os países BRICS "tirem uma vantagem" neste processo e concentrem os esforços dos povos e dos Estados sobre os avanços tecnológicos, em questões de criação e transformação, em favor do interesse de todos os estratos sociais em nossos países.

16. A terceira revolução industrial deve ser acompanhada de relações sócio-econômicas adequadas. É por isso que centrais sindicais dos países do BRICS, agrupados no Fórum Sindical dos BRICS, defendem firmemente o seu lugar adequado dentro das estruturas do BRICS, em pé de igualdade com as organizações de empregadores. O modelo de interação no tripé social "sindicatos/comunidade empresarial/estrutura do governo" que há muito tempo demonstrou a sua eficácia a nível nacional em cada país BRICS, deve também encontrar a sua extensão lógica em instituições dos BRICS. Por quase 100 anos, um tal "modelo integrado" tem vindo a trabalhar efetivamente em uma escala global no âmbito da OIT - uma organização líder do sistema das Nações Unidas: este modelo é chamado tripartismo. Quaisquer decisões políticas e econômicas dos Estados e das suas associações têm implicações diretas para o mundo do trabalho, e seus representantes legais devem participar na elaboração e discussão prévia de tais decisões. A OIT insiste sobre esta abordagem através do seu paradigma de Trabalho Decente, com base em um conjunto de normas de trabalho e mecanismos de supervisão: os representantes dos trabalhadores/as dos países BRICS insistem sobre este ponto.

17. O IV Fórum Sindical dos BRICS está ocorrendo na Federação Russa no ano do 70º aniversário da vitória sobre o fascismo e o fim da Segunda Guerra Mundial. O tempo decorrido desde esses eventos não vai apagar de nossa memória o sofrimento e a dor dos povos submetidos a agressão militar. Apelamos aos Governos dos países BRICS a fazer o possível para reduzir a tensão política no mundo, para garantir a segurança

global e a estabilidade, o fim das hostilidades onde quer que ocorram, que busquem contribuir para uma aplicação ativa e incondicional das normas de direito internacional para a resolução de conflitos regionais e locais.

18. Estamos todos/as numa encruzilhada estratégica da civilização, e temos de ser dignos da responsabilidade histórica que se derramou sobre nós.